

**5. PEDIDO DE ISENÇÃO DE OCUPAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO -
CONDOMÍNIO DO PRÉDIO DA RUA -**

BRAGA:

Da **DMG-DF**, submetendo para apreciação do Executivo Municipal, nos termos do previsto no nº 1, do artº H-1/17º a H-1/20º, do Código Regulamentar do Município de Braga, o pedido de isenção de ocupação de espaço público, é no valor de **794,29 €** e não de 729,99 €, conforme foi aprovado em reunião de 18/12/2019.

4. PEDIDOS DE ISENÇÃO DE OCUPAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO E OUTRAS:

Da Divisão Financeira submetendo à consideração do Executivo os seguintes pedidos de isenção de ocupação de espaço público, enquadradas nos Artigos H-1/16º a H-1/20º do Código Regulamentar do Município de Braga, em que o Diretor do DPCG se pronunciou favoravelmente:

- no valor de **2.226,41€;**
- no valor de **2.221,41€;**
- no valor de **414,95€;**
- no valor de **1.209,28€;**
- no valor de **792,99€;**
- no valor de **245,90€;**
- no valor de **354,40€;**
- no valor **330,84€.**

Deliberação aprovada. Das conclusões é por unanimidade.

*Div. Financeira
- conclusões A.M.*

Nº Informação: 17001

Data: 08/04/2020

Assunto: Análise do pedido de isenção registado com o n.º E/1821/2020 - Processo nº 1370/2019.

Vem o Condomínio do Prédio da _____, com o número de identificação fiscal _____, solicitar, através do registo de entrada n.º E/1821/2020, isenção de taxas de Ocupação do Espaço Público (OEP) com tapume/andaimes e contentor para realização de obras de conservação e beneficiação do imóvel sito na rua supracitada, União de Freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cividade).

Considerando que:

1. O requerente através do pedido n.º E/1820/2020 solicitou emissão de novo alvará de licença de ocupação de via pública alegando que não efetuou a OEP inicialmente solicitada e aprovada no E/41351/2019;
2. A par do pedido inicial de OEP foi solicitada e, posteriormente, aprovada a isenção de taxas em Reunião de Executivo de 18/12/2019, no valor de 792,99€ (setecentos e noventa e dois euros e noventa e nove cêntimos), conforme documento em anexo;
3. O processo em análise é relativo ao pedido de OEP e isenção autorizada anteriormente, mas não executada devido a condições climatéricas adversas;
4. A emissão do novo alvará levou a uma nova nota de liquidação mantendo todos os factos (áreas, prazo, etc.) iguais aos aprovados no pedido inicial (E/41351/2019), tendo como única alteração a atualização de taxas para o ano 2020, conforme cálculos efetuados pela DMUOP:

4.1 Taxas de Ocupação de Espaço Público (OEP)

- i) Emissão de alvará de licença: 99,65€
- ii) Prazo da licença (2 meses): 30,20€
- iii) Tapume (18,80 m): 552,72€
- iv) OEP (16,80 m²): 82,32€
- v) OEP com contentor (6,00 m²): 29,40€

TOTAL = 794,29€

5. As isenções de taxas e respetivo procedimento encontram-se previstos nas normas da Secção III do Capítulo II do CRMB, nomeadamente nos artigos H-1/17º, H-1/18º, H-1/19º e H-1/20º;
6. Consultada a conta corrente do requerente, verifica-se que não existe qualquer valor em dívida, conforme documento anexo.





Propõe-se, se o Exmo. Sr. Presidente assim o entender, a atualização do valor da isenção aprovada em 18/12/20019 no valor de 792,99, para 794,29 euros (diferença de 1,30 €), devendo, para isso, ser presente a Reunião do Executivo Municipal para a competente decisão.

À consideração superior,

A Divisão de Controlo Financeiro e Arrecadação de Receita.

Visto. À atenção do Sr. Presidente.

C/C: h. DMG.

2020/04/15

A ...

2020/04/15

Utilizador: